

AUTORIZADO
PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal de Parauapebas
Luiz Alberto Moreira Castilho
Presidente da Mesa Diretora Biênio 2019/2020



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
DIRETORIA ADMINISTRATIVA



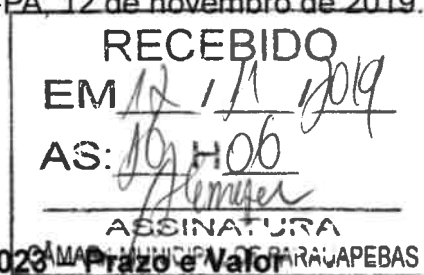
Parauapebas-PA, 12 de novembro de 2019.

Memo: nº 331/2019

De: Diretoria Administrativa

Para: Departamento de Licitações e Contratos

Att.: Clemerson de Oliveira Brito



Assunto: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 20170023 – Prazo e Valor

Sr. Coordenador,

Devido à necessidade e interesse da Câmara Municipal de Parauapebas em manter a contratação dos serviços fixados pelo contrato 20170023, cuja a vigência se estenderá até 31/12/2019, firmado com a empresa **R.P. Martins – ME**, inscrita sob o CNPJ: 07.595.701/0001-60, cujo objeto trata-se da locação de software para gestão da folha de pagamento, e considerando a iminência de vencimento do referido contrato e diante da importância dos serviços contratados para manutenção das atividades administrativas da Câmara Municipal durante o exercício de 2020, torna-se necessário realizar a prorrogação de prazo e valor contratual, conforme a seguir:

- **Prazo de vigência:** 12 (doze) meses.
- **Valor a ser aditivado:** 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Justificativa do Pedido

Para a prorrogação pretensa há previsão contratual na cláusula sexta, item 1, do referido contrato. Dessa maneira, como entendemos que a presente contratação se trata de serviço contínuo, solicitamos que a dilação do prazo contratual ocorra amparado na previsão determinada no Inciso II do art. 57, da Lei 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública:

“Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
DIRETORIA ADMINISTRATIVA



poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;"

Para tanto, frisamos a caracterização de serviços contínuos expressos no artigo 15 da Instrução Normativa nº 05 do Governo Federal, de 26 maio de 2017, que descreve, conforme a seguir, a contratação de serviços prestados de forma contínua:

"Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional."

Nesse prisma, a Administração entende que a caracterização da locação de software para gestão da folha de pagamento, como serviço continuado, está nítida, uma vez que os serviços prestados são indispensáveis tanto para o cumprimento de normas legais, cuja desatenção traria prejuízos a esta Casa e acarretaria a responsabilização da Administração, quanto pela sua importância e contribuição para uma gestão eficaz, tempestiva e de qualidade. Como exemplo, citamos o uso desse sistema no processamento e na transmissão mensal obrigatória dos relatórios extraídos da folha de pagamentos (GEFIP/SEFIP) para os órgãos de arrecadação e fiscalização dos tributos federais, como Receita Federal e Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, bem como serve de auxílio no processamento das informações e na transmissão dos arquivos exigidos pelo Tribunal de Contas dos Municípios – TCM/PA e pela própria Lei de Acesso à Informação, através do suporte de postagem dos arquivos administrativos no Portal da Transparência da Câmara Municipal.

Justificativa do Prazo

O contrato deverá ser prorrogado por 12 meses para o exercício de 2020, visando atender as necessidades da Administração Pública que devem ser pautadas de acordo com as normas infralegais e entendimentos doutrinários e



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
DIRETORIA ADMINISTRATIVA



jurisprudenciais, uma vez que o objeto em questão é caracterizado como serviço contínuo tanto em razão da sua habitualidade quanto devido à sua essencialidade para manutenção das funções institucionais desta Casa de Leis.

Por conseguinte, a relevância dos serviços está atrelada à necessidade de atender as principais necessidades do Departamento de Recursos Humanos referente ao processamento da folha de pagamento dos servidores e controle de pessoal na esfera administrativa, bem como no suporte técnico das demais atividades correlatas à gestão de pessoal. Acrescentamos, ainda, que uma eventual paralisação das atividades contratadas implicará em prejuízo à Administração, uma vez que sua habitualidade é plenamente configurada pela necessidade premente do objeto contratado, pois o mesmo deve ser executado mediante a contratação de serviços de terceiros de modo ininterrupto.

Nesse contexto, a definição apresentada no Anexo I da Instrução Normativa nº 2/2008 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão assevera tal raciocínio:

"I – SERVIÇOS CONTINUADOS são aqueles cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente".

À vista disso, ressaltamos que a vigência do contrato em questão se iniciou em 04 de julho de 2017, extinguindo-se em 31 de dezembro de 2017, com valor mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) pelo período de 06 (seis) meses, totalizando o montante de R\$ 12.000,00 (doze mil reais). Portando, em dezembro de 2017 houve o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato (1º TAC) nº 20170023, prazo e valor, ficando da seguinte forma os termos contratuais:

Prazo inicial do contrato: 04/07/2017 a 31/12/2017.

Prazo do contrato após o 1º TAC: 04/07/2017 a 31/12/2018.

Valor inicial do contrato: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Valor aditado no 1º TAC: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Valor total do contrato após o 1º TAC: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
DIRETORIA ADMINISTRATIVA



Por sua vez, em dezembro de 2018 houve o Segundo Termo Aditivo ao Contrato (2º TAC) nº 20170023, prazo e valor, portanto, os termos contratuais ficaram conforme a seguir:

Prazo inicial do contrato: 04/07/2017 a 31/12/2017.

Prazo do contrato após o 1º TAC: 04/07/2017 a 31/12/2018.

Prazo do contrato após o 2º TAC: 04/07/2017 a 31/12/2019.

Valor inicial do contrato: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Valor aditado no 1º TAC: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Valor total do contrato após o 1º TAC: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Valor aditado no 2º TAC: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Valor total do contrato após o 2º TAC: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Diante disso, destacamos que nossa intenção será prorrogar o contrato 20170023 por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2020. Desse modo, os termos contratuais após o terceiro termo aditivo ao contrato (3º TAC) nº 20170023, prazo e valor, ficariam conforme a seguir:

Prazo inicial do contrato: 04/07/2017 a 31/12/2017.

Prazo do contrato após o 1º TAC: 04/07/2017 a 31/12/2018.

Prazo do contrato após o 2º TAC: 04/07/2017 a 31/12/2019.

Prazo do contrato após o 3º TAC: 04/07/2017 a 31/12/2020.

Valor inicial do contrato: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Valor aditado no 1º TAC: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Valor total do contrato após o 1º TAC: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Valor aditado no 2º TAC: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Valor total do contrato após o 2º TAC: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Valor a ser aditado no 3º TAC: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Valor total do contrato após o 3º TAC: R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais).

CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

Avenida F, Qd. 33, Lote Especial, Bairro Beira Rio II - Parauapebas/PA, CEP: 68.515-000.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
DIRETORIA ADMINISTRATIVA



Justificativa do Valor

O contrato deverá ser prorrogado no valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais). Portanto, mantém-se o valor mensal inicialmente acordado de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), haja vista que esse valor é o suficiente para arcar com o pagamento da locação do sistema pelo prazo pretendido. Ademais, os preços estão compatíveis com o valor de mercado, conforme comprovado pelas cotações anexadas nos autos do processo.

Manifestação do Fiscal do Contrato 20170023:

Consta em anexo manifestação expressa do fiscal do contrato 20170023 quanto a qualidade dos serviços prestados pela contratada, bem como relato do referido fiscal afirmando que a contratada está cumprindo os termos contratuais.

Manifestação da Contratada:

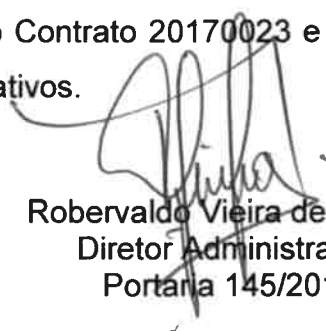
A empresa contratada, R.P. Martins – ME, manifestou-se interessada na prorrogação contratual conforme documento anexo.

Informação de Disponibilidade Orçamentária:

As despesas referentes ao referido aditivo correrão às expensas da dotação orçamentária específica prevista para o exercício financeiro de 2020.

Diante do exposto, solicitamos que seja providenciada a elaboração do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 20170023 e posterior encaminhamento para os demais trâmites administrativos.

Cordialmente,


Robervaldo Vieira de Freitas
Diretor Administrativo
Portaria 145/2019

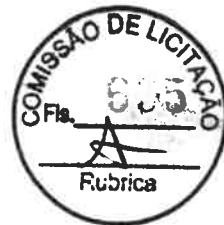








ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS



AUTORIZAÇÃO PARA 3º ADITAMENTO CONTRATUAL DE PRAZO E VALOR

CONTRATO ADMINISTRATIVO: nº 20170023

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Parauapebas – PA

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 9/2017-00009CMP

CONTRATADO: R. P. Martins - ME

VIGÊNCIA APÓS O 2º TAC: 04 de julho de 2017 a 31 de dezembro de 2019.

OBJETO: Locação de software para gestão da folha de pagamento, portal da transparência, portal do servidor, digitalização de documentos, controle de recursos humanos, treinamento e suporte técnico, com a finalidade de atender as necessidades da Câmara Municipal dos Vereadores de Parauapebas.

ASSUNTO: 3º ADITAMENTO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO

VALOR: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

PRAZO: O contrato será prorrogado por 12 meses no exercício de 2020.

CONSIDERANDO, o que dispõem o art. 38 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO, o disposto nos documentos anexos na presente solicitação de aditivo, cujo teor desses expedientes aderimos integralmente;

CONSIDERANDO, o interesse da Câmara Municipal de Parauapebas, Estado do Pará, em continuar com a prestação dos serviços do referido contrato;

CONSIDERANDO, que não haverá majoração de valores contratuais anteriormente pactuados.

CONSIDERANDO, por fim, que concordamos e entendemos ser possível e legal a prorrogação do contrato em epígrafe até o limite permitido por lei.

AUTORIZO o 3º ADITAMENTO do presente CONTRATO ADMINISTRATIVO, determinando:

- a) A formalização do pactuado em instrumento próprio de aditamento contratual;
- b) O empenhamento das despesas para que surta os efeitos orçamentários e financeiros necessários para o exercício de 2020;
- c) A inserção do processo no Mural das Licitações do TCM (Portal Jurisdicional), conforme Resoluções nº 11.535/2014, nº 11.536/2014 e Resolução Administrativa nº 43/2017.



**ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS**

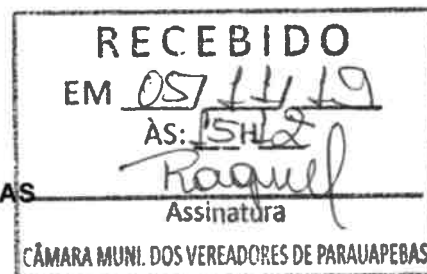
d) A publicação do extrato do presente aditamento de contrato na Imprensa Oficial do Estado, em cumprimento ao que dispõe o § único do art. 61 da lei 8.666/93.

Parauapebas-PA, 11 de novembro de 2019.

Luís Alberto Moreira Castilho
Presidente da Mesa Diretora
Câmara Municipal de Parauapebas



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
DIRETORIA ADMINISTRATIVA



Parauapebas - PA, 05 de novembro de 2019.

Memo: 308/2019

De: Diretoria Administrativa

Para: Departamento de Recursos Humanos

Att.: Tchailles da Silva Oliveira, fiscal do contrato 20170023.

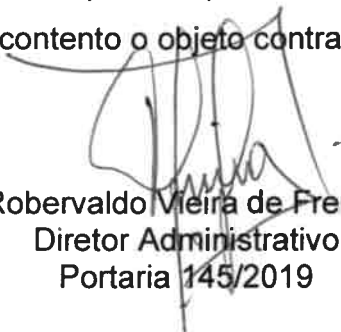
Assunto: Manifestação - Fiscal do Contrato 20170023



Prezado Senhor,

Diante da necessidade de se realizar o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 20170023, cujo objeto trata-se da locação de software para gestão da folha de pagamento, portal da transparência, portal do servidor, digitalização de documentos, controle de recursos humanos, treinamento e suporte técnico, com a finalidade de atender as necessidades da Câmara Municipal dos Vereadores de Parauapebas, Estado do Pará; solicito manifestação expressa de vossa senhoria quanto à qualidade dos serviços prestados pela empresa R.P Martins - ME e se a referida contratada está atendendo a contento o objeto contratado.

Atenciosamente,


Robervaldo Vieira de Freitas
Diretor Administrativo
Portaria 145/2019



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS



MEMO Nº 283/2019/RH-CMP

Parauapebas/PA, 06 de novembro de 2019.

De: Coordenadoria de Recursos Humanos

Para: Diretoria Administrativa

A/C: Sr. Robervaldo Vieira de Freitas

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o, em resposta ao **Memo Nº308/2019**, o qual trata do terceiro termo aditivo do contrato **20170023**, informamos que a **Empresa RP Martins-ME** tem cumprido obrigações com presteza e qualidade dos principais serviços tais como:

- ✓ Software de Folha de Pagamento com geração de arquivos de obrigações acessórias (Gfip, Rais, Dirf, DCTF e outros),
- ✓ Controle de Recursos Humanos (Férias, Afastamentos, Lic.Prêmio e outros)
- ✓ Portal da Transparência com layout personalizado para à Câmara.
- ✓ Portal do Servidor (Contra-cheques, Cédula "C").

A empresa tem suporte local, com acesso rápido e fácil para atendimento das solicitações da Câmara. Portanto, considerando que a referida empresa cumpre as exigências do contrato **20170023**, estamos de acordo com a renovação do termo aditivo.

Atenciosamente,

Tchailles
PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal dos Ver. de Parauapebas
Tchailles da Silva Oliveira
Agente Parlamentar Departamento Pessoal
Matricula 0562301

RECEBIDO
Em 06/11/19 às _____
Secretaria/Diretoria A.D.M.

Coordenador de Recursos Humanos
Câmara Municipal de Parauapebas
Portaria 026/2017

Av. F, Qd.33, Lt. Especial – Bairro Beira Rio II - Fone (94) 3346-2279 / 346-3914 Fone/Fax (94) 3346-3913 – CEP: 68.515-000 - Parauapebas – PA

Handwritten marks and signatures at the bottom right corner.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA



Ofício: 1606/2019

Parauapebas - PA, 06 de novembro de 2019.

À
Empresa R. P. Martins - ME
Att: Sr. Rogério Pereira Martins

Prezado Senhor,

Com os cordiais cumprimentos, e em conformidade com a previsão contratual estabelecida pela cláusula sexta, item 1, do contrato 20170023, firmado entre a Câmara Municipal de Parauapebas e a empresa R. P. Martins - ME, a Administração desta Casa pretende prorrogar o referido contrato em prazo e valor amparado no artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93, Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Ressalta-se que a vigência inicial do contrato era de 04 de julho de 2017 a 31 de dezembro de 2017, com valor mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), totalizando o montante de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

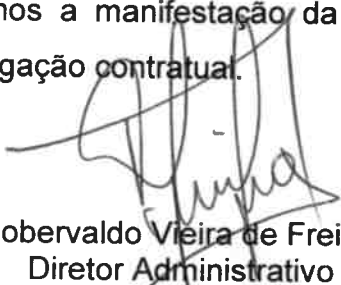
Desta forma, em dezembro de 2017 houve o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato (1º TAC) nº 20170023, com valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pelo período de 12(doze) meses.

Por sua vez, em dezembro de 2018 houve o Segundo Termo Aditivo ao Contrato (2º TAC) nº 20170023, com valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) e prazo de vigência até 31 de dezembro de 2019.

À vista disso, em virtude da iminência da data de vencimento do contrato 20170023, nossa intenção será prorrogá-lo por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2020, como valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Diante disso, solicitamos a manifestação da empresa R. P. Martins - ME quanto ao interesse na prorrogação contratual.

Atenciosamente,


Robervaldo Vieira de Freitas
Diretor Administrativo
Portaria 145/2019

Recebido em
06/11/2019
[Assinatura]
07.595.701/0001-60
RPM SOLUÇÕES - EIRELI
Rua Rio Grande, 168 - Sala 01
Baixo Belra Rio
Parauapebas-PA
CEP: 68.515-000



RPM SOLUÇÕES EIRELI

CNPJ 07.595.701/0001-60

Empresa de Software para Gestão de RH em Órgãos Públicos.



Ofício: 088/2019

À Câmara Municipal de Parauapebas
Assunto: Anuência a Prorrogação Contratual


A Empresa **RPM SOLUCOES EIRELI**, devidamente inscrita no **CNPJ-MF: 07.595.701/0001-60**, estabelecida na Avenida Rio Grande, Nº 168, Bairro Beira Rio, Parauapebas-PA, representado neste ato pelo seu sócio administrador Sr.º **Rogério Pereira Martins**, devidamente inscrito no **CPF: 425.955.252-04**, vem respeitosamente, na condição de contratada da Câmara Municipal, em resposta ao ofício 1606/2019 com data do dia 06/11/2019, registrar nos autos do processo a sua manifestação favorável acerca do aditivo de prazo e valor.

E através do presente ressaltamos ainda que manteremos a qualidade dos serviços prestados, sempre oferecendo suporte que proporcionam mais horas efetivamente trabalhadas por dia, contribuindo efetivamente para o cumprimento das metas traçadas pela Câmara Municipal de Parauapebas - PA.

Parauapebas – PA, 07 de novembro de 2019.

Cordialmente,

RECEBIDO
Em 07/11/2019 às 16:00
Secretaria/Diretoria ADM


Rogério Pereira Martins
CPF: 425.955.252-04
Sócio administrador



ESTADO DO PARA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Parauapebas/PA, 08 de novembro de 2019.

MEMO.: 318/2019

DE: Diretoria Administrativa

PARA: Departamento de Contabilidade

Sr. José Carlos Vasconcelos

Assunto: Solicitação de Dotação Orçamentária – 3º Termo Aditivo ao Contrato 20170023 - Locação de software

Com os cordiais cumprimentos, solicitamos de V. S^a. dotação orçamentária para o exercício de 2020, a fim de formalizarmos o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 20170023, com prazo de vigência de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil) em favor da empresa R. P. Martins - ME, CNPJ: 07.595.701/0001-60, visando a prorrogação do referido contrato cujo objeto trata-se locação de software para gestão da folha de pagamento, portal da transparência, portal do servidor, digitalização de documentos, controle de recursos humanos, treinamento e suporte técnico, com a finalidade de atender as necessidades da Câmara Municipal dos Vereadores de Parauapebas.

Atenciosamente,

Robervaldo Vieira de Freitas
Diretor Administrativo
Portaria 145/2019





ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
CONTABILIDADE

INDICAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Interessado: Diretoria Administrativa

Assunto: Solicitação de dotação orçamentária para celebração de Termo Aditivo para o Exercício 2020.

Despacho da Contabilidade

Versam os autos sobre a indicação de dotação orçamentária, para o **Exercício 2020**, com a finalidade de formalizar o **3º Termo Aditivo ao contrato 20170023**, com prazo de vigência de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, com a empresa, **R. P. Martins – ME, CNPJ: 07.595.701/0001-60**, visando a prorrogação do contrato, cujo o objeto é, **Locação de Software para Gestão de Folha de Ponto**, para atender necessidades da Câmara Municipal de Parauapebas.

As despesas a serem realizadas possuem adequação orçamentária e financeira na lei orçamentária anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias. Informações obtidas do PL – LOA 2020.

O dispêndio enquadra-se na seguinte rubrica orçamentária:

Classificação Institucional – 0101 – Câmara Municipal de Parauapebas

Classificação Funcional – 01 031 2004 2.002 – Manutenção das Ações administrativas do Poder Legislativo

Classificação Econômica: 3.3.90.39 – Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

Subelemento 3.3.90.39.99 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Saldo Atual da Dotação: 34.596.208,00 (Trinta e Quatro Milhões, Quinhentos e Noventa e Seis Mil e Duzentos e Oito Reais)

Saldo Disponibilizado para o Processo: 24.000,00 (Vinte e Quatro Mil Reais)

Saldo Final da Dotação: 34.572.208 (Trinta e Quatro Milhões, Quinhentos e Setenta e Dois Mil e Duzentos e Oito Reais).

Desta forma, tendo sido efetuada a análise devida, o objeto desta solicitação, possui adequação orçamentária e financeira nos termos da legislação vigente.


Responsável pela Contabilidade

PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal de Parauapebas
José Carlos de V. Silva
Contador-CRC: PA-013780/0-6
Coord. Deptº de Contabilidade
Portaria-065/2016

Parauapebas, 11 de novembro de 2019.

RECEBIDO
Em 11/11/19 às. ____

Secretaria/Diretoria